



HCT: O Lugar Onde O Tempo Parou

Giacomo Degani¹

Verena Paranhos Moreno Batista²

Victor Gazineu³

Maria Lucineide Andrade Fontes⁴

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

RESUMO

A reportagem impressa *HCT: o Lugar Onde o Tempo Parou* retrata a realidade em que vivem os 150 internos do Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT), dupla e irreversivelmente estigmatizados como loucos e infratores. Na reportagem são abordados os passos que levam uma pessoa ao HCT e os mecanismos jurídicos e médicos que culminam em internamentos sucessivos, no abandono por parte das famílias e da sociedade, entre outras questões que unem os campos da Saúde, da Justiça e da Segurança Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT); Jornal Laboratório; Reforma Psiquiátrica.

INTRODUÇÃO

A reportagem impressa *HCT: o Lugar Onde o Tempo Parou* foi publicada na 22ª edição do *Jornal da Facom*, produto laboratorial desenvolvido por alunos do terceiro semestre, na disciplina Oficina de Jornalismo Impresso do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), sob orientação da professora Maria Lucineide Andrade Fontes.

O *Jornal da Facom* tem tiragem de cinco mil exemplares e é distribuído em todas as unidades da UFBA, assim como nas demais universidades e faculdades de Salvador. Ainda, o jornal fica disponível on-line através da ferramenta *issuu*⁵, podendo ser lido integralmente de qualquer lugar.

O interesse em fazer esta reportagem surgiu a partir da exibição em sala de aula do documentário *A Casa dos Mortos*, da antropóloga Débora Diniz, que seria lançado ainda no primeiro semestre de 2009 e que foi filmado no Hospital de Custódia e Tratamento da

¹ Aluno líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso de jornalismo (Facom/UFBA), email: vel.iceland@gmail.com.

² Estudante do 5º. Semestre do Curso de jornalismo (Facom/UFBA), email: giacomo_degani@hotmail.com.

³ Estudante do 5º. Semestre do Curso de jornalismo (Facom/UFBA), email: victorgazineu@yahoo.com.br.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo (Facom/UFBA), email: maluzes@gmail.com.

⁵ <http://issuu.com/jornaldafacom/docs/jf22>



Bahia (HCT), localizado em Salvador. O documentário se estrutura a partir da narrativa das trajetórias de três internos do antigo Manicômio Judiciário, como costumava ser chamado, tendo como elo de ligação entre as histórias o poema *A Casa dos Mortos* de autoria de Bubu (outro custodiado do HCT da Bahia, com 15 internamentos). O documentário foi responsável por suscitar nos repórteres questionamentos acerca do sistema judiciário e psiquiátrico brasileiro, que têm como conseqüências principais longos períodos de internamento, abandono familiar e descaso governamental.

Apesar de se deter somente ao Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia, *A Casa dos Mortos* representa a conjuntura existente nos 25 HCTs do país e seus cerca de 4500 internos, loucos e infratores, duplamente estigmatizados pela sociedade e pelos campos da saúde, da justiça e da segurança pública. Assim, cabe a nós nos perguntarmos qual é o lugar do louco infrator na sociedade, na agenda midiática e no discurso da Reforma Psiquiátrica, que se propunha a implantar uma rede de serviços substitutivos aos manicômios, de acordo com a Lei 10.216 de 2001.

O HCT é destinado aos portadores de transtornos mentais ou drogaditos (usuários de drogas que desenvolvem transtornos mentais) que cometeram delitos. Na Bahia, atualmente cerca de 150 loucos infratores, sendo 90% formado por homens, estão sob custódia do Estado. O portador de transtornos mentais não cumpre pena privativa de liberdade em uma penitenciária comum por ser considerado inimputável, ou seja, considera-se que no momento do ato criminoso o infrator era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BRASIL, 1940, art. 26). Em vez disso, o louco infrator é avaliado por médicos peritos do Hospital de Custódia que fazem um laudo de sanidade mental o qual determina se o indivíduo tinha consciência ou não no momento do crime. Os médicos encaminham o parecer técnico ao juiz que concede a Medida de Segurança (de internação ou de tratamento ambulatorial, devendo receber tratamento psiquiátrico adequado) (BRASIL, 1940, art. 96). A Medida de Segurança tem duração de no máximo três anos, mas pode ser renovada infinitamente, transformando-se, para alguns, numa espécie de prisão perpétua. Assim,

A partir da primeira internação, ou seja, do ingresso no esquema irreversivelmente estigmatizante dos manicômios judiciais, construído em uma espécie de limbo onde a Medicina atribui a responsabilidade à Justiça e esta o devolve à Medicina, jamais consegue escapar do encarceramento (GOFFMAN, 1999, APUD FONTES, 2009).

2 OBJETIVO



A reportagem *HCT: o Lugar Onde o Tempo Parou* visa a apresentar ao leitor a realidade na qual vivem os cerca de 150 internos do Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia, muitas vezes desconhecida ou ignorada pela maioria da população. Esta conjuntura é marcada por importantes questões que unem os campos da Saúde, da Justiça e da Segurança Pública, e, neste contexto, a reportagem se propõe a incluir a sociedade nas discussões relacionadas a esta temática. Portanto, tem-se por objetivo explicar os passos que levam uma pessoa ao HCT e os mecanismos jurídicos e médicos que permitem esta prática, trazendo, dessa forma, informação de qualidade ao leitor. Além disso, buscam-se mostrar como vivem os portadores de transtornos mentais que cometeram algum delito, suas necessidades e carências físicas, assim como a falta de estrutura e tratamento psicológico e social adequado que recebem.

Outro ponto focado na reportagem é o abandono que sofrem os internos, devido, principalmente, aos longos períodos de internamento, responsáveis pela ruptura dos laços familiares e sociais. Esta é uma consequência do sistema judiciário brasileiro, que encarcera sem, muitas vezes, tratar. Assim, também se questiona a Reforma Psiquiátrica que, após nove anos de existência, ainda não provocou grandes mudanças no sistema manicomial brasileiro.

3 JUSTIFICATIVA

O *Jornal da Facom*, um dos poucos jornais laboratórios que circulam em Salvador, tem por função exercitar o aprendizado dos estudantes no que se refere às técnicas de apuração, redação, edição e distribuição da notícia, permitindo, assim, que estes possam experimentar formatos e temáticas que não teriam espaço em veículos jornalísticos da grande mídia.

O *JF*, como é chamado pelos alunos, é bastante conhecido por privilegiar temáticas sociais, sobretudo, as que enfocam minorias, buscando se diferenciar dos veículos locais diários ao trazer reportagens mais completas e aprofundadas.

A temática da reportagem, que perpassa os campos da Justiça e da Medicina, é de grande relevância para a sociedade pelo fato de pôr em discussão questões que têm pouco espaço na esfera pública, assim como na grande mídia brasileira. Desta forma, *HCT: o Lugar Onde o Tempo Parou* cumpre uma das principais missões do *JF* enquanto produto laboratorial: experimentar ao discutir questões relacionadas aos invisíveis sociais e, deste modo, incluí-los na agenda midiática local.



Logo, esta reportagem se destaca por mostrar à sociedade uma parte dos sistemas judiciário e médico pouco conhecido, enfocando a realidade em que vivem pessoas duplamente estigmatizadas como loucos e infratores. Os manicômios judiciários são um misto de hospital e prisão, onde deveria haver um tratamento psicológico efetivo da doença mental e não um simples encarceramento à base de medicamentos que mantêm os internos dopados. A Lei Paulo Delgado, sancionada em 2001 após 12 anos de tramitação, propõe que se deve privilegiar o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária e dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, entretanto não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios.

Os entraves da Lei que mantêm internos reclusos por décadas, a morosidade da assistência e da reforma psiquiátrica, assim como a pouca atenção e recursos destinados a esta problemática gera consequências muito sérias como abandono familiar e social, que transforma loucos que cometeram crimes em sujeitos invisíveis perante a sociedade.

A abordagem informativa de toda esta problemática é de grande relevância para o público leitor do *Jornal da Facom*, formado principalmente por jovens das comunidades universitárias da UFBA e de outras universidades de Salvador, que dificilmente teriam contato com esta realidade através de outros meios.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Foram utilizadas algumas técnicas de apuração jornalística para desenvolver a reportagem *HCT: o Lugar Onde o Tempo Parou*. A principal técnica adotada foi a realização de entrevistas jornalísticas com internos e diversos profissionais que trabalham no Hospital de Custódia ou que lidam diretamente com questões relativas à Reforma Psiquiátrica. Como procedimento metodológico, anotávamos em bloquinhos todos os depoimentos que recebíamos e depois, juntamente com as entrevistas gravadas, os transcrevíamos para um documento compartilhado entre os três repórteres no Google Docs⁶, de modo que um repórter pudesse ter acesso às anotações e entrevistas do outro.

Além disso, realizamos levantamento de documentos e histórico dos internos, com apoio do setor de Registro e Controle, tendo acesso às fichas que registram toda a trajetória de

⁶ Editor de textos, planilhas e apresentações, com compartilhamento de arquivos. Trabalha integrado ao Gmail, armazena documentos e possibilita disponibilizar tudo on-line (com senha) para ser alterado por outras pessoas.



entradas e saídas destes, com detalhes relacionados aos crimes praticados, datas de internamento, de expedição de Medida de Segurança, ou seja, dados que ratificam a existência de internamentos sucessivos. A.S⁷, por exemplo, foi internado sucessivamente nos anos de 1986, 1987, 1989, 1992, 1994, 1995, 2002 e 2004, encontrando-se ainda hoje no HCT por ter cometido os crimes de lesão corporal e dano. Caso não tivesse nenhum transtorno mental, pegaria penas de três meses a um ano por ter cometido o crime de lesões corporais e de um a seis meses de reclusão ou multa por dano.

Buscamos ainda fontes documentais que trouxessem a história do HCT da Bahia e também que nos apresentassem dados quantitativos em relação à atual estrutura física do hospital, como número de funcionários, de internos, salas e tipos de medicamentos disponíveis. Ainda, o setor de Registro e Controle nos forneceu outros dados que permitiram verificar a situação jurídica dos internos, como quantos cumpriam Medida de Segurança e quantos já tinham carta de desinternação e também os delitos cometidos. Constatamos que 58% dos internos (87 de um total 150) cometeram homicídio ou tentativa de homicídio.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A fim de realizar a reportagem, solicitamos a autorização da Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, órgão responsável pela administração do HCT, para podermos frequentar as instalações da instituição e ter contato com os internos e funcionários. Após a obtenção da autorização, passamos a visitar o local as terças, quintas e sextas-feiras pela manhã durante cinco semanas (nos meses de maio e junho de 2009). Foi muito importante termos tido um tempo suficiente para a apuração, de modo que pudemos ganhar a confiança da comunidade local, assim como observar detalhes que provavelmente passariam despercebidos em poucas visitas. Um destes detalhes foi essencial na hora de escrevermos a reportagem por constituir uma metáfora que conduziu todo o texto. Observamos que dois dos relógios de parede do HCT que ficavam em áreas importantes da instituição, na entrada do prédio administrativo e na sala de terapia ocupacional, permaneceram “parados no tempo” durante todo o período da apuração, como se não fosse importante a passagem das horas, muito menos dos dias. Assim, comparamos os relógios parados à vida de muitos dos internos, que, após longos internamentos e o abandono da sociedade, perderam consciência de quem são: alguns chegam a afirmar que têm 20 anos de idade, mesmo após 30 anos de internação, enquanto outros dizem que estão mortos.

⁷ Foram usadas as iniciais dos nomes dos internos a fim de preservar suas identidades.



Nas cinco semanas de apuração, tivemos acesso a todas as dependências do HCT, podendo entrevistar funcionários e internos. Foram entrevistados oficialmente 14 funcionários: o diretor do HCT, um psiquiatra, terapeutas, chefe de segurança, assistente social, defensora pública, psicólogas, professora e enfermeiros. No início, a aproximação dos funcionários foi um pouco tímida, principalmente pelo fato de estarem sendo acompanhados ou respondendo a muitas perguntas de estudantes de jornalismo. Mas, após algum tempo, o gelo inicial foi quebrado e muitos deles já se sentiam à vontade para contar as histórias e o dia-dia do que acontece no Hospital.

Em uma das manhãs, participamos de um seminário de capacitação interno, destinado a técnicos de enfermagem e seguranças do HCT, em que o psiquiatra Alberto Neri explicava sobre os transtornos mentais, dando grande ênfase à esquizofrenia (transtorno mais comum nos internos), e usava os casos dos internos como exemplo, além de tirar dúvidas sobre os transtornos e indicar as melhores formas de tratamento. Em nenhum momento presenciamos agressões ou maus tratos no Hospital de Custódia e Tratamento, procedimento extremamente condenado nesta instituição.

Tivemos livre acesso também aos internos, os quais nos davam bastante atenção, sempre pedindo favores, como para falar com a defensora pública e com o diretor, ou coisas como pacaia (espécie de fumo popular entre os internos), sapatos, dinheiro. Costumávamos acompanhá-los nas atividades terapêuticas (oficinas de horta, comunicação, música, auto-ajuda, arte, salão de beleza, barbearia e biblioteca). Nas oficinas observávamos os internos e também conversávamos com eles. Entretanto, eles se sentiam mais dispostos a falar quando estavam no pátio, onde passavam a maior parte do dia, sem ter nenhuma atividade para fazer, fumando, jogando cartas ou conversando.

Um momento importante para o HCT no qual estivemos presentes foi no lançamento do documentário *A Casa dos Mortos* no próprio Manicômio Judiciário, no dia 19 de maio. Na presença de Débora Diniz, diretora do documentário, quase todos os internos se apertaram numa sala pequena para assistir à dura realidade em que viviam. Neste dia, pudemos perceber que muitos não tinham consciência do sistema que os mantinham reclusos: a fronteira entre a loucura e a criminalidade não permitia que enxergassem tudo o que estava por trás daquelas questões.

Estivemos presentes também no lançamento do documentário aberto ao público, onde aconteceu uma mesa redonda com a participação da diretora do documentário, do Secretário de Justiça Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Nelson Pellegrino, e mais dois



promotores públicos. Na mesa predominou o discurso de mudança, mas, ao final, propostas concretas foram escassas, restando promessas.

Ainda, fizemos entrevistas fora do HCT, com a diretora do CAPS⁸ Jardim Baiano, buscando entender melhor estes centros criados pela Reforma Psiquiátrica e também com membros do movimento de Luta Antimanicomial.

6 CONSIDERAÇÕES

No início, ao cruzarmos o “muro de berlim”, nome dado pelos internos à linha amarela que delimita até onde eles podem chegar, ficávamos apreensivos por não sabermos como lidar com os internos ou o que esperar deles. Entretanto, após poucas visitas, pudemos perceber que eram seres humanos, que, apesar de terem cometido crimes (maioria homicídios), poderiam viver em sociedade, desde que tivessem assistência psiquiátrica e social. Contudo, o abandono, o duplo e irreversível estigma de loucos e infratores, a falta de redes substitutivas e apoio aos egressos do sistema são responsáveis por torná-los cada vez mais invisíveis e excluídos na sociedade.

Realizar esta reportagem foi muito prazeroso para a equipe, constituindo um verdadeiro exercício de apuração jornalística, principalmente pela liberdade de que dispúnhamos para entrevistar, observar e conversar com os internos e funcionários. Com a reportagem, esperamos ter contribuído para a inclusão do tema nas discussões da sociedade e, de alguma, forma ter colaborado para que “os ponteiros dos relógios” se ajustem e possam voltar a funcionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei** nº. 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei** Nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro, artigo 26. Dispõe sobre a inimputabilidade de portadores de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, determinando que estes eram inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito no momento da ação criminosa.

8 Centro de Atenção Psicossocial, cujo objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários do sistema de saúde mental pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. A Reforma Psiquiátrica prevê que com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país.



DINIZ, Débora. **A Casa dos Mortos**. 24 min. Brasil. 2009.

FONTES, M. **A Casa dos Mortos**; de Débora Diniz. RECIIS. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde (Edição em português. Online), v. 3, p. 97-99, 2009. Disponível em
<<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/263/293>>

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica de Notícias**. 3 ed. Florianópolis:UFSC, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica de texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Jornal laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor**. São Paulo: Summus, 1989.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2004.